

Inteligência artificial: a vez das universidades

» ARNALDO NISKIER
Membro da Academia Brasileira de Letras

“A inteligência artificial já se encontra em uso em muitas empresas, para otimizar seus processos.”

Sarah Schmidt



É natural que as universidades brasileiras, na sua tríplice função de ensino, pesquisa e extensão, já estejam se preocupando com a inteligência artificial (IA) generativa. Programadores de muitas empresas utilizam a tecnologia da moda para otimizar seus processos, como seria mesmo recomendável.

Se o caso for o domínio do inglês, esse é o menor dos problemas, pois a IA pode atuar com grande eficiência na necessária solução. Está se tornando comum fazer um prompt no ChatGPT até mesmo para a realização de uma análise de sentimentos, uma técnica que classifica opiniões como positivas, negativas ou neutras, quando se trata de trabalhar com usuários do X (ex-Twitter) sobre IA.

Os meios estão sempre em transformação, desde os primeiros cartões perfurados. Essa ferramenta deve ser utilizada com uma visão crítica e orientações seguras, que se resumem em praticar transparência, proteção de dados, respeito à autoria, clareza e cuidado com os vieses, pois as plataformas de IA podem reproduzir desinformação, preconceitos e discriminação.

A fim de evitar as chamadas alucinações, é preciso avaliar com cuidado os dados que elas fornecem, para checar a sua autenticidade. Se tudo isso for feito com os cuidados devidos, a reação dos alunos será a melhor possível, no emprego da IA generativa.

Temos de trabalhar sempre dentro de limites éticos. Como se afirma na edição de agosto último da revista *Pesquisa* da Fapesp, obedecendo a três princípios fundamentais: transparência, centralidade na pessoa humana e atenção à privacidade de dados. Nós aprendemos com essas ferramentas, mas elas também aprendem com a gente. É preciso estimular o atual movimento com a criação de cursos de letramento em IAs para professores, pesquisadores, funcionários e alunos, e isso é muito saudável.

Assim se deve evitar o perigo, queremos enfatizar, de ferir direitos autorais ou praticar plágio. Outra preocupação é evitar o trabalho com dados falsos, o que invalida os resultados. Toda a ênfase deve ser colocada na transparência. Já imaginaram recheiar teses ou dissertações de dados não confiáveis?

No Brasil, o assunto ganhou avanços consideráveis, especialmente no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), onde há um empenho de empregar o ChatGPT em trabalhos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) sobre

inteligência artificial na educação superior.

Instituições do Poder Judiciário avaliam usar a IA para otimizar etapas dos julgamentos. É sabido que temos no país um número imenso de processos em análise, e essa seria uma forma de melhorar a atuação da nossa Justiça, tão criticada. Outra área que se abre para essa possibilidade é a da medicina, e é natural que isso ocorra.

Deseja-se um crescimento plural da IA no mundo inteiro. Sabe-se que, hoje, a inteligência artificial usa 10 bilhões de vezes mais computação do que em 2010. A cada seis meses, esse uso computacional dobra. Não é incrível? Por isso mesmo, deseja-se ampliar o alcance dessa benfeitoria, que se valerá do valor de dados confiáveis, capital humano e chips. Seria bom que alguns países se reunissem para discutir a matéria e se entendessem, superiormente.

Já existe em curso um Plano Brasileiro de Inteligência Artificial, que prevê R\$ 23 bilhões de investimentos nos próximos quatro anos. Assim, o Brasil poderá se tornar protagonista de um saudável desenvolvimento científico e tecnológico,

envolvendo outros países com idêntico propósito.

Enquanto isso, a nova versão do sistema de IA da Meta almeja destronar o ChatGPT e reforça a aposta das big techs em um segmento que não para de evoluir. Não é tarefa das mais fáceis, pois o ChatGPT superou a marca de 100 milhões de usuários. Agora, surgiu a Llama, que é voltada para empresas, com a vantagem da customização. Pretende enfrentar problemas mais complexos e anuncia uma gratuidade com a qual nem todos estão de acordo, dada a tradição de cobrança do ramo.

Depois de uma leitura atenta (são quase 600 páginas) do livro *O lado B do Boni*, em que a minha curiosidade foi aguçada pelos trechos que se referem à competição com a TV Manchete, em que trabalhei alguns bons anos, me detive de forma especial no final da obra. Disse J.B. de Oliveira Sobrinho: “Como artista e mesmo empresário, estou mais interessado nas possibilidades que a inteligência artificial pode oferecer para a televisão. Criação e realização sem limites. Isso vai ser divertido e lucrativo.” É esperar para ver.

Integração humana, digital e ética no futuro da contabilidade

» AÉCIO PRADO DANTAS JÚNIOR
Presidente do Conselho Federal de Contabilidade

Em um mundo que se transforma em velocidade vertiginosa, a contabilidade — uma das mais antigas atividades estruturantes da economia global — encontra-se em um momento de inflexão, em que as mudanças tecnológicas deparam-se com a crescente demanda por responsabilidade social. Hoje, “ser contábil” implica a conciliação entre a necessidade de modernização das práticas profissionais e a observação rigorosa dos princípios éticos.

Tal reflexão está no centro do 21º Congresso Brasileiro de Contabilidade (CBC), que acontece entre 8 e 11 de setembro, em Balneário Camboriú (SC). Com o tema *Ser contábil: humano, digital e ético*, o evento reunirá profissionais, acadêmicos e empresários do país e do exterior. Juntos, vamos moldar os rumos da contabilidade.

A temática deste ano é propícia para o contexto: as atribuições contábeis, tradicionalmente voltadas para números e métricas — sem nunca descuidar da conformidade, claro —, deparam-se agora com a seguinte incumbência: incorporar uma visão abrangente, que calcule seu impacto humano e social ao mesmo tempo em que se abra para a plena informatização. Inovações como inteligência artificial (IA), blockchain e big data estão redefinindo as rotinas contábeis e exigindo dos trabalhadores não apenas atualizações técnicas, mas uma compreensão crítica das implicações éticas dos usos dos novos instrumentos.

O Congresso Brasileiro de Contabilidade — que se consolidou como a principal conferência da área no país — constitui-se, portanto, como um local privilegiado para as discussões. Com uma expectativa de receber cerca de 6 mil pessoas, o encontro mobilizará também autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo, criando um espaço diversificado para a troca de perspectivas e experiências.

A programação — vasta e cuidadosamente organizada para abordar as múltiplas facetas da contabilidade moderna — divide os debates em fóruns, painéis, palestras magnas e seminários, abrangendo desde os aspectos técnicos e regulatórios até os desafios éticos e digitais da carreira. Entre os assuntos em destaque, estão os reflexos da IA na governança e na sustentabilidade, as normas internacionais do setor e a importância das práticas ESG (ambiental, social e governança).

Uma das grandes novidades será o Fórum de Inteligência Artificial, em que especialistas de renome comentarão sobre como a tecnologia modifica o ambiente de negócios, explorando tanto os benefícios quanto os riscos envolvidos. Outro ponto alto, o 5º Fórum Nacional da Mulher Contabilista congregará lideranças femininas para analisar o papel das mulheres na contabilidade, no mundo dos negócios e no empreendedorismo, e os obstáculos específicos que elas enfrentam.

A diversidade do 21º CBC, idealizado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), se reflete na pluralidade dos palestrantes. Nomes como Pedro Janot, ex-presidente da Azul Linhas Aéreas, e Rachel Maia, CEO da RM Consulting, vão conduzir palestras magnas que prometem inspirar e instigar os participantes a repensarem suas convenções e estratégias. Enquanto Janot abordará questões relacionadas à liderança e administração focada em pessoas, Maia trará à tona ponderações sobre governança corporativa e a relevância da diversidade nas mesas de decisão. Outro palestrante confirmado é Dan Cockerell, ex-vice-presidente do Magic Kingdom (Walt Disney World), com uma explanação sobre liderança, cultura corporativa e estratégias de “encantamento” de clientes.

O 21º CBC contará com uma Feira de Negócios, que proporcionará aos presentes o conhecimento de inovações tecnológicas e soluções disruptivas para a seara contábil, funcionando como uma vitrine para empresas que buscam se posicionar em um mercado em rápida mutação. Com a presença de expositores nacionais e internacionais, a feira oferecerá uma ampla gama de produtos e serviços, de softwares de gestão a consultorias em transformação digital.

O evento se configura como uma oportunidade imperdível para todos os profissionais que desejam se reciclar, compartilhar saberes e descortinar os caminhos da profissão. Afinal, a contabilidade flui em um processo de evolução inadiável, e eventos como o 21º CBC são cruciais para direcionar o futuro. Ao integrar o humano, o digital e o ético, queremos ofertar, com esse olhar propositivo, as ferramentas e a expertise necessárias para que os profissionais possam se adaptar e prosperar em um cenário cada vez mais complexo e exigente.

Um compromisso com a primeira infância e a educação infantil

» PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE
Deputada Federal (PSOL/SP) e coordenadora da Comissão de Primeira Infância e Educação Infantil da Frente Parlamentar Mista da Educação

A primeira infância, fase que vai até os 6 anos, é crucial ao desenvolvimento humano. Investimentos nessa área têm repercussão positiva em toda a vida dos indivíduos e de suas famílias, impactando significativamente na sociedade como um todo. O bem-estar e o desenvolvimento das crianças em sua primeira infância precisam ser um valor inegociável em nossa sociedade, com comprometimento e criação de políticas públicas específicas para o tema.

Realizar um trabalho pedagógico nessa etapa abrange uma gama de atividades essenciais para organização e acompanhamento do desenvolvimento integral (físico, emocional, cognitivo e social) e práticos das crianças, incluindo desde ações relacionadas à higiene, alimentação e locomoção, bem como o fornecimento de apoio emocional, escuta ativa, estabelecimento de vínculos afetivos, consolo e encorajamento.

Dito isso, um primeiro aspecto a ser observado é a ampliação da oferta de vagas em creches e a universalização da pré-escola, em consonância com a Meta nº 1 do Plano Nacional de Educação (PNE). É importante ter em vista que o objetivo de ampliar o acesso à creche deve ser inextricavelmente acompanhado pelo reconhecimento e pela valorização das educadoras infantis que trabalham com as crianças na primeira infância.

O Censo escolar 2022 revela que, “na educação infantil, as mulheres são praticamente a

totalidade de quem educa: 97,2%, nas creches e 94,2%, na pré-escola”. Contudo, essas profissionais enfrentam desafios como falta de enquadramento na carreira do magistério, baixos salários e carga horária excessiva.

Assim, para que haja a ampliação de vagas e o reconhecimento das professoras, é imprescindível a ampliação da destinação de recursos públicos para a etapa infantil. Somente o investimento financeiro será capaz de viabilizar o pagamento do piso salarial do magistério e promover melhorias nas instalações físicas, oferecendo quantitativo adequado de salas de aula e espaços pedagógicos seguros para receber os alunos.

A adaptação da infraestrutura das escolas para enfrentar os desafios climáticos é outro ponto necessário de atenção. Os gestores públicos devem ter como meta a adequação das unidades escolares, devendo levar em consideração que os principais cuidados para os períodos de calor intenso são a ingestão de líquidos e a manutenção de ambientes arejados e frescos, o que demanda a climatização nas salas de aula e espaços de convivência coletiva.

Portanto, considerando que a educação é um direito fundamental e universal, é primordial que ela seja priorizada pelos agentes políticos que têm o poder de decidir sobre a destinação de recursos públicos. Dessa forma, a Frente Parlamentar Mista da Educação elaborou uma carta-compromisso para os futuros prefeitos e vereadores eleitos neste pleito de 2024.

A carta pede que os políticos se comprometam com as seguintes medidas: a ampliação da oferta de vagas em creches municipais e a universalização da pré-escola, garantindo acesso de todas as crianças e famílias que necessitam e querem usufruir desse serviço social para assegurar o direito de aprendizagem e desenvolvimento; valorização das professoras que atuam na educação infantil por meio de políticas que reconheçam seu enquadramento na carreira do magistério, assegurando o pagamento do piso salarial previsto na Lei nº 11.738/2008, inclusive proporcionando formação continuada e condições adequadas de trabalho; e investimento em infraestrutura para promover condições adequadas para a educação infantil, principalmente no que tange ao aumento da quantidade de salas de aula, adequação dos espaços pedagógicos para proporcionar as vivências e experiências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além da universalização do fornecimento de água potável, do saneamento básico e a realização das adaptações climáticas para tornar as unidades de ensino mais resilientes a eventos climáticos extremos.

O cumprimento dessas medidas não apenas beneficiará diretamente os bebês, as crianças e suas famílias por meio do serviço público de uma educação de qualidade, mas também contribuirá para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros a longo prazo.